



Apresentação

Desde que entrou em declínio o debate sobre o “pós-modernismo” e a ascensão da “globalização” como significantes-mestres de nossa época, os discursos sobre a modernidade e o modernismo encenaram um retorno admirável. A pilhéria provocadora de Jean François Lyotard, dizendo que qualquer obra de arte tinha de ser pós-moderna para poder tornar-se autenticamente moderna, materializou-se de modos que ele dificilmente teria previsto. Hoje fala-se muito em modernidade em geral, segunda modernidade, modernidade líquida, modernidade alternativa, contramodernidade e sabe-se lá o que mais. A modernidade e sua conflituosa relação com o modernismo vêm sendo reavaliadas na arquitetura e nos estudos urbanos, assim como na literatura, nas artes plásticas, na música, nos estudos midiáticos, na antropologia e nos estudos pós-coloniais. Para mim, isso não é grande surpresa. Sempre critiquei uma cronologia linear simplista do moderno e do pós-moderno. Em vez de opor o pós-modernismo ao modernismo num binário reducionista, tomando-os como etapas separadas numa progressão temporal, eu via o pós-modernismo como uma tentativa de reescrever e renegociar aspectos fundamentais das vanguardas europeias do começo do século XX, num contexto norte-americano em que as relações entre cultura superior e inferior, bem como o papel da arte na sociedade, tinham codificações muito diferentes das que prevaleciam na Europa ou na América Latina, tanto no período entreguerras como nos anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial. Analogamente, muito da teoria europeia que se espalhou pelo mundo nas décadas de 1970 e de 1980 teve mais a ver com a genealogia do modernismo estético europeu, em relação à modernidade social e política das eras industrial e pós-industrial, do que com qualquer novo começo nas artes que se pudesse rotular de pós-moderno.¹

Em retrospectiva, todo o debate sobre o pós-modernismo – desregrado, contestado, repleto de contradições e vitalmente estimulante, como um dia foi – afigura-se hoje muito provinciano. Provinciano no sentido geográfico de haver permanecido restrito somente aos fenômenos intelectuais e históricos do Atlântico Norte. Mesmo ali, porém, diversos intelectuais europeus, de Habermas a Foucault e Derrida, nunca abraçaram a concepção do pós-moderno da maneira que ela foi abraçada, ainda que não raro com relutância, nos Estados



Unidos. Talvez o pós-modernismo não tenha sido outra coisa, de fato, senão uma tentativa norte-americana de reivindicar a liderança cultural do que alguns chamavam, naquela época, de “o século norte-americano”. O objetivo era uma nova internacional da cultura, num momento em que tais “internacionais”, com suas enfáticas reivindicações de vanguardismo, pautadas no modelo das décadas do entreguerras, já se haviam tornado obsoletas. Não é de admirar, portanto, que os termos “pós-modernismo” e “pós-modernidade” tenham praticamente desaparecido do discurso crítico de hoje.

Mas o que entendemos por retorno da “modernidade” e do “modernismo” nas discussões contemporâneas da globalização? Será que “modernidade” não é apenas um eufemismo para modernização, no seu sentido ideológico mais estreito e, portanto, como símbolo de um neoliberalismo econômico indistinguível da “globalização”? Ou será que esses termos, dada a sua extensão histórica e discursiva, ajudam-nos a formular perguntas cruciais sobre o discurso da globalização, que se manteve presentista* demais entre seus defensores e seus adversários?

O presentismo, que de fato frequenta uma parcela muito grande do discurso científico social da globalização neoliberal e de seus críticos, abre outra frente de questionamento: a temporalidade em relação ao espaço global. Superpondo-se aos debates norte-americanos sobre o pós-modernismo, já na década de 1980, surgiu outro discurso público que logo se estabeleceu como um grande foco de pesquisas e estudos políticos e culturais transnacionais: o discurso da memória, especialmente, mas não apenas, da memória traumática. Enquanto a primeira parte deste livro enfoca as consequências do modernismo na obra de alguns artistas contemporâneos da Argentina, África do Sul, Índia e Vietnã, todos os quais reelaboram o eixo política/estética de nosso tempo em termos espaciais e temporais, a segunda parte oferece ensaios sobre a política da memória, do esquecimento e dos direitos humanos. A fronteira entre essas duas metades do livro, entretanto, permanece porosa. Todos os artistas das “periferias” do mercado de arte ocidental discutidos nestes ensaios lidam com a política da memória em seus contextos específicos, enquanto vários dos ensaios posteriores discorrem sobre as artes visuais e a concepção estética dos memoriais de Berlim e de Nova York. De qualquer modo, a afirmação mais geral deste livro é que tanto o discurso do modernismo quanto a

* “Presentista” [no original, *presentist*] e, em seguida, “presentismo” [*presentism*] são neologismos construídos por correspondência com futurismo. Buscam destacar a especificidade do presente atual – mais acelerado e, paradoxalmente, mais estagnado em sua própria velocidade, sem futuro claro –, em relação a como se experimentou o presente em épocas passadas. [N.T.]

política da memória se globalizaram, mas sem criar um modernismo global único ou uma cultura global da memória e dos direitos humanos.

O novo tipo de estudos sobre a memória emergiu na Europa, na década de 1980, com a reedição da teoria sociológica da memória de Maurice Halbwachs e com *Les Lieux de mémoire* [Os lugares de memória], de Pierre Nora. Nietzsche, Benjamin e Foucault foram outros pontos de contato importantes para os debates subsequentes. Na época, as discussões sobre a memória inseriam-se primordialmente nos contextos nacionais. E os memoriadores, sobretudo nas humanidades, descobriram-se travando uma batalha com os historiadores. O divisor memória/história era um terreno muito disputado. O Holocausto foi um grande campo de pesquisas e redação de textos entre os primeiros estudos da memória, ainda que não tenha sido o único, é claro, se pensarmos no trabalho de Jan Assmann, o egiptologista alemão que escreveu textos influentes sobre as teorias da memória em relação à escrita e às imagens, à memória coletiva e cultural. O Terceiro Reich, o Holocausto e a história da Segunda Guerra Mundial passaram a ser os principais focos dos estudos da memória na Europa e nos Estados Unidos. O testemunho dos sobreviventes do Holocausto, experimentado pela primeira vez no julgamento de Eichmann em Jerusalém, em 1961, despontou como um interesse central com o Arquivo Fortunoff, em Yale, e levou a uma preocupação contínua, na década de 1990, com os “limites da representação” (Saul Friedlander) e com uma teoria pós-estruturalista do trauma (Shoshana Felman, Dori Laub, Lawrence Langer) calcada num modelo modernista da irrepresentabilidade.² Uma oposição muito tradicional entre a cultura midiática de massa e a cultura superior foi o *a priori* teórico de muitos debates da época. Iniciou-se pelas controvérsias populares sobre *Holocausto*, o “hollywoodizado” seriado de televisão de 1978, e culminou na oposição supostamente irreconciliável entre *Shoah*, de Claude Lanzmann (1985), e *A lista de Schindler*, de Steven Spielberg (1993): Hollywood e a cultura norte-americana de massa contra o tipo apropriado de documentário sério sobre o Holocausto como algo irrepresentável.

Agora, tudo isso parece história antiga. As teorias da irrepresentabilidade, típicas de um modernismo influenciado pelo pós-estruturalismo, já não prevalecem. Com o *Maus* de Spiegelmann, agora temos o Holocausto até como romance gráfico, “história em quadrinhos”. O divisor história/memória foi superado em quase todos os lugares, e a interdependência entre historiografia e memória é amplamente reconhecida. Mnemo-história tornou-se um termo corrente para designar esse novo subcampo da historiografia. A nação já não é o continente singular da memória coletiva, e a própria expressão “memória coletiva” tornou-se uma denominação cada vez mais problemática. Desde o final

da década de 1990, o discurso sobre a memória e a análise das histórias traumáticas tornaram-se transnacionais, assim como nossa compreensão do modernismo expandiu-se para incluir modernismos de geografias situadas fora do Atlântico Norte. O Terceiro Reich e o Holocausto, como os exemplos mais bem pesquisados e representados – ou seja, representados nas pesquisas acadêmicas, nos meios de comunicação de massa e na cobertura jornalística das comemorações mais destacadas de eventos europeus das décadas de 1930 e 1940 –, começaram a migrar para contextos políticos não relacionados com eles. Os tropos discursivos e as iconografias do Holocausto emergiram na África do Sul com o fim do *apartheid* e com a criação paradigmática da Comissão da Verdade e Reconciliação; na América Latina, com referência aos desaparecidos, especialmente na Argentina, Chile e, mais tarde, noutros países latino-americanos, depois das ditaduras militares; na Bósnia e em Kosovo, durante a desagregação da Iugoslávia; depois do genocídio dos tutsis em Ruanda; e até na violência hindu contra os muçulmanos da Índia, antes e depois de 2000. A Organização das Nações Unidas instituiu tribunais internacionais para julgar os casos da Iugoslávia e de Ruanda, e a Corte Penal Internacional processou perpetradores de crimes contra a humanidade e genocídios. Também surgiram elos transnacionais em relação ao estupro e à violência contra a mulher em tempos de guerra. Os casos da limpeza étnica sérvia, com sua violência sistemática contra as mulheres, bem como das “mulheres de conforto” coreanas passaram a ser discursivamente ligados na década de 1990, e a isso podemos agora acrescentar a transferência coercitiva de crianças, proibida pela Convenção sobre o Genocídio, nos casos da geração roubada da Austrália, dos filhos dos desaparecidos na América Latina e da islamização forçada de crianças armênicas na Turquia, depois do genocídio dos armênios em 1915. Em outras palavras, a transição para as preocupações transnacionais, nos estudos sobre a memória e os direitos humanos, baseou-se em eventos políticos e históricos das décadas de 1980 e de 1990. Culturas bem diferentes da memória, amiúde baseadas na nostalgia, emergiram na Rússia depois do colapso da União Soviética e na Alemanha Oriental após a queda do Muro de Berlim e a unificação alemã. Para onde quer que olhemos, as discussões transnacionais tornaram cada vez mais obsoleto o paradigma nacional mais antigo dos estudos sobre a memória, ainda que as respectivas preocupações nacionais ou regionais tenham permanecido poderosamente no centro desses debates transnacionais. Os debates públicos sobre a memória, no Chile, Guatemala, Brasil ou México, seguiram o exemplo dos havidos na Argentina, e o modelo sul-africano de Comissões da Verdade multiplicou-se pelo mundo afora. A guinada transnacional dos estudos sobre a memória influenciou claramente a política nacional, os processos judiciais, as



Comissões da Verdade e os debates populares de muitos países, e se articulou de maneira vigorosa na literatura, nas artes plásticas, em filmes e documentários, e até na arquitetura de museus e memoriais.

Mas, para não exagerarmos na visão positiva das bênçãos das memórias transnacionais, convém lembrarmos que tais encontros transnacionais de lembranças traumáticas levam, com frequência, a competições entre as memórias (segundo o modelo “meu povo sofreu mais que o seu”), ou ao que Michael Rothberg chamou de jogo de soma zero da memória, em seu incisivo livro *Multidirectional Memory* [Memória multidirecional].³ O outro aspecto negativo da cultura memorial, este mais insidioso, é o abuso da memória nacional que visa à limpeza étnica, como no caso da Sérvia de Milosevic. Ali como em Ruanda, a memória foi mobilizada a serviço do poder, da purificação e da destruição.⁴ Aliás, já que toda lembrança baseia-se na mobilização e no apagamento, tanto a memória quanto o esquecimento são passíveis de múltiplas formas de abuso, assim como ambos podem surtir efeitos benéficos na busca da verdade e na reconciliação.

Alguns desses usos e abusos da memória são discutidos nos três últimos ensaios deste livro. O ensaio final vai além da guinada transnacional da memória e examina o discurso dos direitos humanos internacionais, um elo com os estudos da memória que só agora vem recebendo a atenção necessária.⁵ Ao examinar a trajetória do discurso dos direitos, desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada pela ONU em 1948, e da convenção simultânea sobre o genocídio, parece-me significativo que um novo tipo de vitalidade política do discurso dos direitos humanos tenha emergido paralelamente ao novo discurso sobre a memória, na década de 1980.⁶ Essa simultaneidade deve ser historiada, visto que realmente convoca os humanistas engajados no discurso sobre a memória a prestarem mais atenção à história e ao desenvolvimento da legislação e da prática dos direitos humanos. É bem possível que o vínculo entre o Holocausto e o colonialismo, especialmente, seja o que mais requer uma história alternativa dos esforços em prol dos direitos humanos em todo o mundo – alternativa e complementar, entenda-se, à doutrina liberal dominante dos direitos humanos.

Convém mencionar um último ponto sobre a cultura da memória em geral, que abordei com mais detalhes em alguns ensaios de meu livro anterior, *Seduzidos pela memória* (2000). Desde então, as indústrias ocidentais da cultura juntaram um número cada vez maior de passados num presente simultâneo e sempre mais atemporal: modas retrô, móveis retrô autênticos, museologização da vida cotidiana através de câmeras filmadoras, Facebook e outras mídias sociais, reencontros saudosistas de músicos de rock mais velhos etc.

Já houve quem falasse numa “retromania” característica da década passada. O que está em jogo aí, num sentido mais amplo, a meu ver, são mudanças contínuas nas estruturas da temporalidade vivida e novas percepções do tempo e do espaço nas sociedades midiáticas contemporâneas. As dimensões políticas dessas mudanças e percepções ainda estão em discussão. Tudo isso começou na década de 1980, mas se acelerou, é claro, com a introdução comercial da Internet em 1995. O eixo entre a memória, os direitos humanos e a Internet constituiu, claramente, outro grande tema transnacional de hoje, não apenas em termos do episódio da Agência Nacional de Segurança norte-americana como ameaça política à democracia.

Como espero que demonstrem os ensaios sobre as artes plásticas e a cultura da memória reunidos neste livro, a modernidade, o modernismo e a memória, com todas as suas complexidades históricas e geográficas, continuam a ser significantes fundamentais para qualquer um que procure compreender de onde viemos e para onde podemos estar indo. As respostas que formos capazes de dar serão matizadas, inevitavelmente, pelos diversos contextos geográficos e intelectuais em que trabalhamos, sem impedir, esperamos, uma compreensão transcultural e transnacional mais ampla. O trabalho de tradução, seja em sentido literal ou metafórico, continua a ser um desafio que não se deve subestimar.

Como sugeri acima, as questões da modernidade estão hoje invariavelmente ligadas à globalização. Nem é preciso pensar nas mudanças climáticas para perceber que o moderno tornou-se uma situação planetária. É bem possível que certo triunfalismo incômodo sobre a globalização, vista como a mais recente forma de progresso, tenha sido o que trouxe de volta a questão histórica de como a globalização deve ser distinguida de uma formação anterior da modernidade e de seus movimentos internacionais, de como se relaciona com a nação, o imperialismo e o internacionalismo de eras passadas, e de como suas manifestações culturais ainda trabalham com os legados do modernismo e do pós-modernismo. Dado que as utopias do século XX – comunismo e fascismo, modernização e descolonização – fracassaram ou não cumpriram suas promessas, alguns falaram com desânimo em ruínas do modernismo e da modernidade.⁷ No entanto, também é preciso dizer que o retorno contemporâneo a uma concepção imensamente mais ampliada do moderno nas artes atuais deve muito às intervenções do pós-modernismo. Apesar ou por causa, talvez, de suas afirmações de inovação radical, o pós-modernismo deu visibilidade a dimensões do próprio modernismo que tinham sido esquecidas ou reprimidas pelas codificações institucionais e intelectuais do dogma modernista da Guerra Fria: questões relacionadas com o anarquismo semiótico da vanguarda, a figuração

e a narrativa, o gênero e a sexualidade, a raça e a migração, os usos da tradição, a tensão entre o político e o estético, a mistura das mídias e assim por diante. Um dos efeitos salutares do discurso pós-moderno, depois da ascensão dos estudos pós-coloniais, foi a abertura geográfica da questão de outros modernismos e de modernidades alternativas pelo mundo afora – o modernismo de outros mundos como uma realidade global mutante, e não como algo limitado ao Atlântico Norte. Continua-se a debater se tais modernismos alternativos devem ser vistos verticalmente, como imposições do Ocidente, vindas de fora, ou como transferências laterais, traduções, digestões e transformações criativas de bens culturais apropriados pelas respectivas culturas locais, regionais ou nacionais. Alguns dos trabalhos mais interessantes sobre o modernismo vêm sendo produzidos nessa área. De qualquer modo, a modernidade depois do pós-modernismo, ou o modernismo na pós-modernidade, continua a ser um tema central para qualquer história cultural do presente e qualquer tentativa de repensar as antigas questões da estética e da política de nossa era.

Notas



- ¹ Ver Andreas Huyssen, *After the Great Divide: Modernism, Mass Culture, Postmodernism*, Bloomington, Indiana University Press, 1986.
- ² Saul Friedlander (org.), *Probing the Limits of Representation: Nazism and the “Final Solution”*, Cambridge, Harvard University Press, 1992; Shoshana Felman e Dori Laub, *Testimony: Crises of Witnessing in Literature, Psychoanalysis, and History*, Nova York, Routledge, 1992; Lawrence Langer, *Holocaust Testimonies: The Ruins of Memory*, New Haven, Yale University Press, 1991.
- ³ Michael Rothberg, *Multidirectional Memory: Remembering the Holocaust in the Age of Decolonization*, Stanford, Stanford University Press, 2009.
- ⁴ Ver o estudo incisivo de Jacques Semelin, *Purify and Destroy: The Political Uses of Massacre and Genocide*, Nova York, Columbia University Press, 2007.
- ⁵ Daniel Levy e Nathan Sznajder, *Human Rights and Memory*, University Park, Pennsylvania State University Press, 2010; Ruti Teitel, *Humanity’s Law*, Nova York, Oxford University Press, 2011; Jean Cohen, *Globalization and Sovereignty: Rethinking Legality, Legitimacy, and Constitutionalism*, Nova York, Columbia University Press, 2012.
- ⁶ Ver, especialmente, Sam Moyn, *The Last Utopia: Human Rights in History*, Cambridge, Harvard University Press, 2010.
- ⁷ Ver o livro magistral de T. J. Clark, *Farewell to an Idea: Episodes from a History of Modernism*, New Haven, Yale University Press, 1999; ver também Frederic Jameson, *A Singular Modernity: Essay on the Ontology of the Present*, Londres e Nova York, Verso, 2002.

